

JORNAL DO SINDISEAB

UM JORNAL EM DEFESA DA CIDADANIA, DO SERVIÇO PÚBLICO E DOS SERVIDORES

SINDICATO
ESTADUAL
DOS SERVIDORES
PÚBLICOS
DA AGRICULTURA,
MEIO AMBIENTE,
FUNDEPAR E
AFINS



Governador enquadra somente 189 servidores e deixa quase 1.300 em desvio de função

Segundo a SEAP, mesmo os servidores que têm direito ao enquadramento reconhecido pelo Tribunal de Contas do Estado não foram enquadrados porque Richa não autorizou. Em resposta, servidores estão reprotocolando os processos suspensos com base no, já revogado, Parecer 029/2011-PGE. Saiba mais na página 03

Formação

■ Próximas turmas serão em Guarapuava e Curitiba
Confira o calendário na PÁGINA 02.

Saúde

■ Saiba como está o SAS em Cornélio Procopio
PÁGINA 02.

Sindicato em ação

■ Diretores de órgãos se comprometem a apoiar o enquadramento
PÁGINA 03.

E MAIS:

- Quem tem direito ao auxílio-invalidez?
- O que a SEAP diz sobre o reenquadramento dos aposentados?
- Conheça o trabalho do SINDISEAB pelo pessoal da ADAPAR
PÁGINA 04.

COLETIVO DE APOSENTADOS

Festa Junina dia 25 de junho na sede do sindicato

O coletivo de aposentados vai mudar de nome. Na próxima reunião, em 25 de junho, o pessoal vai trazer sugestões de nomes para a escolha.

Na última reunião, 28 de maio, o grupo fez uma confraternização em comemoração aos aniversários do primeiro semestre de 2014. Mas o clima ainda estava triste pela perda recente de nossa companheira Omilda Manfredini Amancini, que não perdia uma reunião ou mobilizações sindicais, por infarto, no dia 24.



Arraiá do SINDISEAB

Para a reunião do coletivo de 25 de junho, está programada a nossa festa junina, com direito a fantasias, pipoca, quentão, doce de abóbora, doce de amendoim, canjica etc.

Durante a festa, o pessoal vai

escolher o nome do coletivo. Cada aposentado tem a missão de trazer mais um colega para participar do grupo e brindes para o bingo.

O coletivo se reúne sempre na última quarta-feira do mês, às 14 horas, na sede do SINDISEAB. Compareça!!!

Jurídico

Promoções e Progressões

O SINDISEAB reitera a orientação para que o associado faça o pedido de promoção/progressão ao Recursos Humanos normalmente. Se o direito for negado, o servidor deve tirar cópia integral do processo administrativo protocolado e enviar

para o SINDISEAB com o objetivo de entrar com ação judicial. Junto com isto, é preciso mandar também cópia do Histórico Funcional; RG; CPF; procuração assinada e Ficha Financeira desde agosto de 2013 até a data atual.

EDITORIAL

Congresso deve mudar o Estatuto do SINDISEAB

Como este ano é eleitoral, o sindicato pretende formular propostas políticas para enviar aos candidatos aos cargos de governador, senadores, deputados estaduais e federais. O texto final será aprovado no Congresso do SINDISEAB, marcado para 17 a 19 de setembro de 2014. O evento deve reunir, em Curitiba, cerca de 70 delegados da base sindical que vão definir também alterações no Estatuto do SINDISEAB.

Até 30 de junho a diretoria pretende concluir a minuta com as propostas políticas e mudanças estatutárias a serem debatidas nos locais de trabalho antes do congresso.

Outro tema importante na pauta da reunião da Diretoria Executiva foi a necessidade de enviar ofício à SEAP sobre as condições de atendimento do SAS na capital e interior. Para tanto, é necessário que os dirigentes regionais façam um levantamento atualizado da situação local.

A orientação é que os servidores registrem ocorrências no site do SAS em caso de mau atendimento (<http://www.sas.pr.gov.br/>) e enviem cópia para o sindicato (maria@sindiseab.org.br).

Assim que obteve informações sobre a situação do SAS em Cornélio Procópio, repassadas por nossos representados da região, o sindicato enviou um email diretamente ao Superintendente do DAS - Departamento de Assistência à Saúde - da SEAP, Dr. Eduardo Mischiatti.



A Diretoria Executiva aprofundou, em 03 de junho, o debate sobre a realização do Congresso do SINDISEAB.

SINDISEAB relata situação de Cornélio ao DAS

Assim que obteve informações sobre a situação do SAS em Cornélio Procópio, repassadas por nossos representados da região, o sindicato enviou um email diretamente ao Superintendente do DAS - Departamento de Assistência à Saúde - da SEAP, Dr. Eduardo Mischiatti.

Em Cornélio Procópio até tem uma clínica conveniada com a Santa Casa de Londrina, mas não oferece todas as especialidades médicas. Na cidade, só é possível fazer exame de sangue e endoscopia, que são feitos na própria clínica médica. Além disso, os exames solicitados são somente os básicos, nunca pedem uma tomografia ou ressonância magnética.

O clínico geral geralmente encaminha o servidor para Londrina. Na viagem, de aproximadamente 70 km, os servidores acabam arcando com despesas com pedágio, combustível, estacionamentos e alimentação.

Outra reclamação é quanto à demora para se marcar consultas, geralmente leva até 30 dias. Consequentemente o retorno, em caso de ter que apresentar ao médico o resultado de algum exame, também é demorado.



INVESTINDO NO FUTURO

Curso de Formação estimula servidores ao exercício da cidadania



A Dra Sione Lisot Yokohama, assessora jurídica do SINDISEAB em Umuarama, fez uma palestra sobre direitos e deveres dos servidores durante a segunda etapa do Nível 2, em Toledo.

O SINDISEAB continua firme na realização dos Cursos de Formação. Na última semana de maio, aconteceu a segunda etapa do Nível 2 - "Educação para a Cidadania - Políticas Públicas e Prática Sindical" - em Toledo, com a presença de nossos dirigentes, Donizetti Silva e Maria Auxiliadora Fernandes.

As turmas previstas para os núcleos de Francisco Beltrão, Pato Branco e Cascavel foram integradas à de Toledo, que reuniu 17 associados. Um dos temas em debate foi a preocupação dos servidores com os riscos ambientais com a exploração do gás de xisto no Paraná.

Garanta sua vaga

As próximas turmas acontecem em Guarapuava e Curitiba. Fique atento, pois, por uma questão de logística, as inscrições se encerram 20 dias antes da data prevista para cada turma.

As turmas terão número mínimo de

15 e máximo de 40 associados, que serão classificados por ordem de inscrição. Os associados que moram até 70 km do local do curso têm preferência.

O curso é exclusivo para associados do SINDISEAB, ativos ou aposentados. O servidor não filiado que queira participar deve encaminhar sua ficha de filiação junto com a solicitação de inscrição. Atenção ao calendário:

Guarapuava

- Nível 1:
Etapa única - 22 a 24 de julho;
- Nível 2:
1ª etapa - 13 e 14 de agosto;
2ª etapa - 27 e 28 de agosto;

Curitiba

- Nível 1:
Etapa única - 14, 15 e 16 de outubro;
- Nível 2:
1ª etapa - 12, 13 de novembro;
2ª etapa - 26 e 27 de Novembro.

Como encaminhar reclamações ao SAS

Queixas devem ser encaminhadas através do site do SAS, na seção Fale Conosco - Registro de Ocorrência.

No início, havia um telefone 0800. Porém, o número está desativado para receber reclamações e sugestões.

Hoje, o Estado disponibiliza no site do Sistema de Atendimento à Saúde (SAS), um link Fale Conosco - Registre a Ocorrência (www.sas.pr.gov.br), onde os usuários podem postar reclamações e sugestões. Estas mensagens são encaminhadas, segundo o governo, diretamente à Ouvidoria.

Segundo a Coordenação dos Núcleos Avançados da SEAP, nenhuma dúvida ou reclamação que chega através do site fica sem resposta.

Elas são encaminhadas aos usuários no período máximo de uma semana. É necessário lembrar que alguns dados são importantes para as respostas chegarem mais rápido como: nome, telefone e cidade.

Na última reunião do Fórum Sindical dos Servidores (FES), em 13

de maio, o superintendente do Departamento de Assistência à Saúde (DAS) Dr. Eduardo Mischiatti informou que já está pronto um projeto de implantação de um serviço de atendimento telefônico, no modelo 0800, com abrangência estadual, para que, a partir das reclamações e sugestões dos servidores e servidoras, seja possível também a melhor fiscalização na prestação dos serviços contratados pelo governo.

Também, foi ressaltado que já existe um serviço de ouvidoria do SAS - www.sas.pr.gov.br/ - fale conosco - registrar ocorrência (www.sas.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=48).

Assim, os servidores públicos precisam registrar as ocorrências sobre deficiências do SAS, e mandar um relato da situação problema para o SINDISEAB (maria@sindiseab.org.br ou robertosindiseab@yahoo.com.org.br).

**NÃO FIQUE SOZINHO, FILIE-SE AO SINDISEAB!
SÓCIO, PARTICIPE E VALORIZE NOSSO SINDICATO!**



• FONE/FAX: (41) 3253.6328
• E-MAIL: sindiseab@sindiseab.org.br
• SITE: www.sindiseab.org.br

EXPEDIENTE

JORNAL DO SINDISEAB | Órgão de divulgação do Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins. **Endereço:** Rua Dr. Manuel Pedro, 729 - Cabral - Curitiba/PR - CEP 80035-030 | **Fone/Fax:** (41) 3253.6328 | **E-mail:** sindiseab@sindiseab.org.br | **Site:** www.sindiseab.org.br | **Jornalista Responsável:** Cláudia Maria de Moraes (MTb 3186) **e-mail:** jornalismo@sindiseab.org.br | **Projeto gráfico e diagramação:** Excelência Comunicação | **Tiragem:** 2.000 exemplares | **Impressão:** Mega Gráfica Editora (3598.1113) | **Distribuição Gratuita e Dirigida** | Os artigos não assinados são de responsabilidade da Diretoria.

DIRETORIA EXECUTIVA ESTADUAL: Presidente: Roberto Carlos Prazeres de Andrade Silva (SEAB/Curitiba); **Vice-Presidente:** Luiz Carlos Dalpiaz (IAP/Curitiba); **Secretária Geral:** Donizetti Aparecido Rosa da Silva (SEAB/Maringá); **1º Secretário:** Elci Terezinha Veiga Costa (IAP/Ponta Grossa); **2º Secretário:** Heitor Rubens Raymundo (IAP/Curitiba); **Tesoureira Geral:** Maria Auxiliadora Fernandes (BPP/Curitiba); **1º Tesoureiro:** Mário do Rocio Kulyk (IAP/Francisco Beltrão); **Conselho Fiscal:** Arthur Bintencout Filho (SEAB/Guarapuava); Antoninho Fontanella (SEAB/Francisco Beltrão); Milton Vasconcelos Guedes (ADAPAR/Curitiba).

ENQUADRAMENTO

SEAP não enquadra porque Richa não autoriza

Desenquadrados vão reprotocolar processos para mostrar ao governo que os servidores não aceitam que a injustiça seja consolidada!

O SINDISEAB está fazendo o levantamento do número exato de prejudicados.

Os servidores estaduais que estão em desvio de função (desenquadrados) resolveram radicalizar depois que o governo autorizou enquadrar apenas 189 dos que atendem os critérios definidos pelo Acórdão TCE-PR 3.302/2013. Vão reativar os processos de enquadramento em massa! Esta foi a principal decisão do Coletivo dos Desenquadrados do SINDISEAB que se reuniu em 03 de junho, na sede do sindicato.

O Parecer 29/2011-PGE foi revogado em 04 de outubro de 2013 pela própria Procuradoria Geral do Estado (Despacho 817/13-PGE). Logo, não existe mais o impedimento para todos os processos indeferidos com base neste parecer. Além disso, o Coletivo entende que, com base na isonomia, o desvio de função deve ser resolvido para todos: TRABALHO IGUAL, SALÁRIO IGUAL!

Portanto, a orientação é que os desenquadrados que têm processo repro-

toquelem os pedidos de enquadramento. O SINDISEAB prestará todas as orientações aos seus associados para que possam reativar os processos pela via administrativa.

SEAP responsabiliza o governador

A própria SEAP admite que não está cumprindo as orientações do TCE-PR por falta de autorização do governador! Alguns dos processos reprotocolados já foram indeferidos e, segundo a SEAP, devem ser ARQUIVADOS. Veja a resposta padrão da Diretoria de Recursos Humanos da SEAP:

“O Despacho do Governador do Estado, exarado nº 181.061-1, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9176, de 31 de março de 2014, determina apenas o implemento dos reenquadramentos já autorizados, sem qualquer efeito retroativo. Também anulou o Despacho de fls. 09 do mesmo protocolado, não subsistindo, portanto, qualquer deter-



Reunido no SINDISEAB, Coletivo de Desenquadrados decide radicalizar.

minação no sentido de que os pedidos de enquadramento funcional devem ser reexaminados. Assim, restituímos o presente à origem para que se dê ciência ao interessado e, posteriormente, arquivar-se o presente. “

Desenquadrados em números

O Acórdão do TCE-PR cita que pelo menos 651 servidores que estão dentro dos critérios estabelecidos tiveram seus processos, na época, indeferidos temporariamente por falta de um ou outro documento. Diz também que mais 645 processos foram indeferidos por não cumprir os requisitos. Logo, 1.296 servidores permanecem desenquadrados e devem vir para a luta pelo enquadramento!

Na SEAB são 83

O SINDISEAB está fazendo um levantamento dos processos de desenquadrados em sua base. Já foi concluído o estudo na Secretaria da Agricultura. São 83 servidores!!! Destes, 62 atendem os requisitos do TCE-PR e 21 não. O resultado já foi repassado ao Secre-

tário da Agricultura, Norberto Ortigara e ao GRHS da SEAB.

Outros levantamentos

O vice-presidente do SINDISEAB, Luiz Carlos Dalpiaz, está responsável por concentrar as informações do Sistema SEMA (SEMA, IAP, ITCG, IPAGUAS). No DIOE, a responsável é a nossa dirigente Sueli Cordeiro. Os servidores do SUDE devem se dirigir à nossa Tesoureira Geral, Maria Auxiliadora Fernandes. O prazo para o encerramento dos trabalhos é 30 de junho.

Vamos partir para a mobilização!

Vamos falar com políticos, líderes comunitários e autoridades. Vamos mostrar que a decisão de enquadrar apenas os 189 é equivocada, amplia a injustiça e continua prejudicando inúmeras pessoas. Cada pessoa é um servidor público, com anos de vida funcional, que presta serviços à sociedade paraense mas continua explorado pelo governo!

ENQUADRAMENTO, JÁ!

NEGOCIAÇÕES

SINDISEAB reúne-se com Diretores Presidentes do IAP e IPAGUAS

Dia 06/05 a direção do Sindiseab manteve audiência com o Diretor Presidente do IAP, Luiz Tarcísio Mossato Pinto. A Diretoria do SINDISEAB apresentou a pauta de reivindicações e a campanha salarial de 2014. Tarcísio disse serem legítimas e justas as reivindicações, e se dispôs a trabalhar junto com o sindicato para resolução dos problemas, estando aberto para novas audiências.

Quanto à pretensão do Governo em arquivar os processos referentes ao en-

quadramento, a Direção do SINDISEAB protocolou um ofício com subsídios para que o Diretor Presidente leve e defenda, junto ao Governo, a reabertura da análise dos processos arquivados. Tarcísio disse ser uma das vítimas da situação, entende que precisa dar tratamento igual aos que estão na mesma situação e que, a exemplo da conquista da GEEE, se somará ao Secretário Norberto Ortigara, da SEAB, para defender o pleito dos servidores junto ao Governo.



Audiência no IAGUASPR, com Everton Luiz. Participaram, da parte do SINDISEAB, Roberto A Silva, Donizetti Silva e Maria Auxiliadora Fernandes.



No IAP, com Luiz Tarcísio Mossato Pinto. Pelo sindicato participaram Roberto A Silva, Donizetti Silva, Maria Auxiliadora Fernandes e Luiz Carlos Dalpiaz.

Concurso no Sistema SEMA

O Presidente do IAP informou que haverá concurso. Estão previstos 156 servidores para o IAP, 30 para a SEMA, e 106 para o IPAGUAS. Segundo Tarcísio, o IAP está se adequando à modernização da legislação ambiental que inclui a descentralização dos pequenos licenciamentos (granja de porcos, tanques para piscicultura, etc), por meio de convênios com os municípios. A medida deve liberar o IAP para priorizar o atendimento aos licenciamentos maiores. Pela nova legislação, os licenciamentos que eram de responsabilidade do IBAMA passam a ser atribuição do IAP.

CIPA no Instituto das Águas

No dia 07/05, Everton Luiz da Costa Souza, diretor presidente do IPAGUAS-PR, esclareceu que havia recebido os itens da pauta. Segundo ele, o Secretário da SEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior, já havia reconhecido os itens

como justos e solicitado, em uma reunião com os diretores, atenção e apoio às reivindicações.

O Diretor Presidente foi informado que o SINDISEAB protocolou um ofício enviando subsídios sobre o enquadramento. Reiterou a disposição para ajudar na resolução do problema. Falou da realidade das fábricas de tubos que, paradas momentaneamente por falta de matéria prima, deverão normalizar suas atividades nos próximos dias.

Finalizou-se a reunião com a informação da instituição da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - no Instituto das Águas, com o compromisso do Diretor de considerar as sugestões do Sindicato. Ficou combinado também que SINDISEAB e IPAGUAS vão estudar a possibilidade de realizar, em parceria, cursos para os servidores das fábricas de tubos, que venham complementar a formação que o sindicato vem desenvolvendo.

APOSENTADOS I

Auxílio-invalidez não faz parte da aposentadoria

O benefício tem caráter exclusivamente assistencial para o servidor público civil aposentado ou ao policial militar reformado, ambos por invalidez, que necessitem de internação especializada ou assistência de serviços de enfermagem, mesmo que na própria residência.

Através do Ofício nº 32/2014-SG (SID nº 13.171.082-8, de 25/4/2014), o SINDISEAB solicitou à SEAP, informações sobre a regulamentação da Lei 17.449 (27/12/2012), que institui o Benefício Assistencial por Invalidez aos servidores públicos civis e aos militares que tenham sido aposentados por invalidez.

Em resposta ao SINDISEAB, através do Ofício nº 90.738/2014, de 14/05/2014, a SEAP informa que as

regras para a concessão do "auxílio invalidez" foram definidas pelo Decreto nº 8419, de 24/06/2013. Afirma a concessão do benefício se dará "após conclusão favorável da Perícia da ParanaPrevidência."

A SEAP esclarece também que o valor do auxílio é de R\$ 784,04, tanto pra militar quanto para o servidor civil, é custeado integralmente pelo Tesouro Geral do Estado, pois "não se trata de benefício previdenciário, mas sim assistencial."

APOSENTADOS I

PGE diz que reenquadramento de aposentados não é para todos

Os nossos aposentados não foram contemplados nesta decisão mas podem pleitear tais vantagens na Justiça.

O SINDISEAB já realizou o debate com o Coletivo de Aposentados e Pensionistas e vai dar suporte aos associados que queiram interpor ação judicial.

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal (Acórdão RE 606199 Paraná publicada em 07/02/2014) reconheceu o direito dos aposentados que ocupavam último nível de carreira terem sido reenquadrados num nível intermediário, sejam reenquadrados no mesmo patamar que os ativos de nível mais elevado, obedecidos os critérios de TITULAÇÃO e TEMPO DE SERVIÇO anteriores a inativação.

O SINDISEAB enviou ofício às autoridades (ParanaPrevidência, Governador do Paraná e SEAP) solicitando providências para reenquadrar os servidores públicos aposentados/pensionistas do QPPE.

Em resposta ao SINDISEAB (Informação nº 00.26/2014, de 23/4/2014 - PPF/PGE), a SEAP diz que a decisão do STF se refere somente para às partes daquele processo "não tendo efeitos 'erga omnes' (para todos) e vinculante para os órgãos da Administração Pública." Apesar de não reconhecer o reajuste dos aposentados para a última classe, a SEAP afirma que "isso não impede os inativos de obter as vantagens, asseguradas aos ativos, decorrentes da aferição dos critérios objetivos de tempo de serviço e titulação, existentes à data da aposentadoria."

Orientações para ação judicial

1 - Para quem ainda não interpôs ação judicial para revisão do enquadramento na Lei PR 13.666/2002. Encaminhar para o sindicato os seguintes documentos:

- * procuração assinada;
- * cópias do CPF E RG;
- * Dossiê Histórico Funcional (ver junto ao processo de aposentadoria, junto do RH do órgão de origem).

2 - Para quem já tem ação para revisão do enquadramento na Lei PR nº 13.666/2002 (QPPE) - a assessora jurídica explicou que se o aposentado tiver essa ação em trâmite, deve continuar nela até sua conclusão, evitando sobreposição de pedidos e consequentes prejuízos.

Caso o aposentado não tenha informações sobre a sua ação judicial em trâmite, a orientação do SINDISEAB é que procurem em casa os números do processo que deram entrada, entrem em contato com o advogado contratado na ocasião, para obter os detalhes do processo (número, objeto da ação - natureza do pedido, situação atual/andamento, e etc).

Caso não tenha posse das informações específicas sobre a Ação Judicial, deverá com o número do processo e o número da Vara da Fazenda, ir até o prédio das Varas da Fazenda Pública (em Curitiba fica na Rua Padre Anchieta, nº 1287, Bairro Bigorilho) para solicitar uma Certidão Explicativa especificando:

- * o objeto da ação
- * e situação atual do processo.

Segundo a Dra Fabiana Pedrozo, não há necessidade de fazer solicitação por escrito, basta fazer o pedido no balcão. O documento leva alguns dias para ficar pronto. Quando tiver a Certidão Explicativa em mãos, o aposentado deve trazê-la ao sindicato.

Para maiores informações, fazer contato com: sindiseab@sindiseab.org.br, (41) 3253-6328, com Heitor Rubens Raymundo, Maria Auxiliadora Fernandes, Roberto Andrade Silva (41) 3313-4132 - seab/deral) e Donizetti Silva (donizetti@sindiseab.org.br).



ADAPAR I

Servidores têm salários corrigidos

Ao ser enquadrado para o quadro da ADAPAR, um antigo Agente de Execução da SEAB teve seu salário diminuído. Com 33 anos de serviço, o salário de tal servidor ultrapassava em cerca de R\$ 100,00 o último nível da tabela de subsídio da ADAPAR (Classe e Ref 12).

Diante disto, o SINDISEAB enviou o Ofício nº 28, em 8 de abril de 2014, ao Diretor Presidente da instituição solicitando reparação da injustiça. A ADAPAR não só corrigiu o salário do servidor em questão, mas de todos os outros que estavam em situação semelhante!

ADAPAR II

Sindicato reivindica GEEE para novos contratados

Em 06 de dezembro do ano passado, o governo nomeou 43 novos servidores (AEs e APs) para a ADAPAR através do Decreto 9572/2013. Os novos contratados são da área administrativa, por isso não recebem os adicionais dos técnicos (AAFA e AAMA).

No entanto, tais servidores foram lotados na SEAP, não na SEAB, assim, ficaram também sem a GEEE. Isto gerou na quebra da isonomia com os servidores da SEAB que estão cedidos para a ADAPAR.

Em 17 de março de 2014, o SINDISEAB enviou o Ofício nº 11 ao Diretor Presidente da ADAPAR, Inácio

Afonso Kroetz, reivindicando a GEEE para os administrativos que prestam serviço nas URS - Unidades Regionais de Sanidade Agropecuária - da ADAPAR.

Em 09 de abril, Kroetz informou que "as providências de competência da ADAPAR já foram tomadas". Em anexo, enviou ao sindicato o Despacho nº 90/2014/ em que a Diretoria Administrativa-Financeira informa que "o processo está para informação orçamentária e parecer da assessoria jurídica e encaminhamento ao Secretário da Agricultura pelo Diretor Presidente".

Fórum das Águas se organiza

No dia 06 de maio, aconteceu a primeira reunião do Fórum das Águas, na sede do Ministério Público, para definir sua estrutura e funcionamento além da organização de outras audiências públicas nas demais localidades do Estado.

O Fórum Permanente das Águas reúne entidades da sociedade civil organizada - inclusive o SINDISEAB, é resultante do debate feito na Audiência Pública, de 16 de abril no Plenarinho da Assembleia Legislativa. Foi criado para se opor à tentativa do governo estadual alterar a Lei 8935/79

que protege as águas integrantes das áreas de mananciais de abastecimento público.

Deliberações

- * formar uma secretaria executiva para organizar e convocar reuniões;
- * criar um grupo de discussão online (via internet);
- * nomear um grupo de trabalho para organizar o calendário de audiências públicas no interior;
- * e formar mais um grupo para elaborar o regimento organizativo do fórum.

